

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEFAT

Data: 29 de maio de 2012.

Local: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Carlo Roberto Simi, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Vera Lúcia de Oliveira, Conselheira Titular Representante do MAPA; Paulo Libergott, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Rogério Nagamine Costanzi, Conselheiro Suplente Representante do MPS; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; José Gabriel Texeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; João Edilson de Oliveira, Conselheiro Suplente Representante da CGTB; Carlos Alberto Salvatore Filho, Conselheiro Suplente Representante da CNS/Serviços; e, Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Suplente Representante da CNTur. **Convidados:** Carlos Daudt Brizola, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; e, Elietti de Souza Vilela, Representante do FONSET.

1 Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e doze, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego - MTE, teve início a Sexagésima Primeira Reunião Extraordinária do
3 Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a presidência do
4 Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Carlo Roberto Simi. **I – ABERTURA:** O
5 Presidente saudou a todos, e em especial o novo Ministro do Trabalho e Emprego, registrando que
6 considerava uma honra presidir a 1ª reunião do CODEFAT em que o mesmo se fazia presente,
7 passando-lhe a palavra para suas considerações. O Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos
8 Daudt Brizola, cumprimentou os presentes, destacando a relevância do CODEFAT para a
9 sociedade, acrescentando que sua presença na abertura da presente reunião visava afirmar a
10 importância e o protagonismo do Conselho nas políticas do trabalho, emprego e renda. Observou
11 que o MTE estava compromissado com o aumento da competitividade do País, o que não poderia
12 ocorrer com sacrifícios de garantias dos trabalhadores, apontando duas ações importantes para
13 atingir esse objetivo: i) desonerações de impostos; e, ii) educação, representada pela inovação
14 tecnológica e a qualificação profissional, essa última intimamente ligada ao Conselho. Ponderou
15 que o CODEFAT tinha um papel fundamental no processo de formulação da qualificação
16 profissional, que era implementada pelo Ministério com recursos do FAT. Destacou que na presente
17 reunião seria deliberado o aumento do valor hora/aula, o que permitiria agregar ao Plano Nacional
18 de Qualificação - PNQ instituições mais preparadas do ponto de vista das instalações, e também dos

19 professores. Enfatizou a importância do diálogo social tripartite para a construção das diretrizes das
20 políticas públicas de emprego, trabalho e renda. O Ministro finalizou, colocando o MTE à
21 disposição para discutir as principais pautas do CODEFAT, destacando que teria especial atenção à
22 qualidade dos cursos de qualificação profissional. O Presidente registrou a presença do novo
23 Secretário-Executivo do MTE, Sr. Carlos Antonio Sasse, abrindo em seguida as inscrições para
24 manifestação. O Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite,
25 ressaltou a importância da presença do Ministro na reunião do Conselho, o que demonstrava o valor
26 do CODEFAT para o Ministério, bem como para a sociedade. Recordou que estudo efetuado pelo
27 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE havia apontado a
28 carência de qualificação profissional e a falta de homologação da convenção 158 da Organização
29 Internacional do Trabalho – OIT, como causas importantes para a elevada taxa de rotatividade da
30 mão de obra no País. Parabenizou o Ministro Brizola Neto pela nomeação, declarando que
31 considerava ter sido uma decisão bastante acertada da Presidenta da República. O Conselheiro
32 Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, congratulou o
33 Ministro Brizola Neto, acrescentando que o Conselho contava com a sua experiência no parlamento
34 para resgatar a credibilidade do CODEFAT junto à Câmara dos Deputados, visando aprovar o
35 orçamento do FAT no montante deliberado pelo Conselho. Relatou a dificuldade de aprovar um
36 orçamento do FAT compatível com as necessidades de implementação das políticas públicas de
37 emprego, trabalho e renda, ressaltando que a equipe econômica considerava os recursos para a
38 qualificação profissional como despesa, quando deveria ser classificado como investimento.
39 Ressaltou a importância da qualificação profissional para a manutenção do emprego e também para
40 a colocação do jovem no mercado de trabalho. Afirmou que contava com a ajuda do Ministro para
41 defender o orçamento do FAT junto à área econômica do Governo Federal. Declarou que o Ministro
42 poderia contar com o apoio da UGT, cujo Presidente lhe convidava para uma visita a sua sede, bem
43 como do CODEFAT, no sentido de fomentar políticas públicas em benefício do trabalhador
44 brasileiro. O Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. José Gabriel Texeira dos Santos,
45 manifestou sua satisfação com a nomeação do Deputado Brizola Neto como Ministro do Trabalho e
46 Emprego, ressaltando que havia conhecido o Sr. Leonel Brizola quando tinha apenas 11 anos de
47 idade, registrando a alegria e a honra de trabalhar, ainda que de forma indireta, com o neto do
48 grande líder do PDT. Relatou que a NCST tinha por finalidade defender a estrutura sindical
49 brasileira, não exatamente da forma como estava, mas de maneira dinâmica, onde pudessem realizar
50 os trabalhos sem a perda de alguns direitos. Convidou o Ministro para uma visita à sede da NCST,
51 declarando que sua presença seria uma grande honra para a Central. O Conselheiro Titular
52 Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, desejou êxito ao Ministro na
53 gestão do MTE, declarando que a Central considerava esse Ministério como de fundamental

54 importância para a questão do desenvolvimento nacional. Apontou que o Ministério da Educação -
55 MEC deveria cumprir primeiramente, e com competência, a sua função de promover a educação
56 formal, para depois se aventurar na qualificação profissional. Ponderou que a CTB tinha boas
57 expectativas quanto à atuação do novo Ministro do Trabalho e Emprego, ressaltando que houve
58 uma demora muito grande para nomeação de um novo titular para a Pasta. O Ministro agradeceu as
59 palavras do Presidente e dos conselheiros, acrescentando que tinha clareza da importância do MTE
60 para a sociedade. Observou que a perda de protagonismo da Pasta do Trabalho acontecia não apenas
61 no Brasil, mas também em outros países, ressaltando que desde o golpe de 64 que o MTE, bem
62 como o trabalho, vinha perdendo força de influência da sua capacidade de participar dos processos
63 de formulação de políticas governamentais. Destacou a importância do novo Secretário-Executivo,
64 Sr. Carlos Sasse, com mais de 50 anos de experiência em administração pública, sendo referência
65 na área fazendária em todo o País, para retomar o protagonismo do MTE junto ao Governo Federal.
66 O Ministro informou que precisaria se retirar a fim de atender a agenda ministerial, declarando que
67 o CODEFAT poderia contar com a participação ativa do MTE para o sucesso dos trabalhos e ações
68 do Conselho. Em seguida, o Presidente passou ao **II – ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO: ITEM 1**
69 **- Prestação de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, exercício 2011.** O Titular
70 da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT, Sr. Paulo Cezar Bezerra de Souza, explicou
71 que a Prestação de Contas informava sobre os programas e ações constantes do Plano Plurianual
72 (PPA) 2008-2011 e registrava os resultados físicos e financeiros das principais atividades do FAT
73 em 2011, ressaltando que todas as unidades jurisdicionadas que executavam despesas com recursos
74 do Fundo apresentavam Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas da União – TCU. Declarou que
75 os programas e ações do FAT eram executados de forma orçamentária e extra-orçamentária;
76 conforme a seguir: I) a maior parte das ações de execução orçamentária ocorria de forma
77 descentralizada, e sua gestão financeira era operada pelas Unidades Gestoras do MTE; e, II) a
78 execução extra-orçamentária era operada pela CGFAT, na realização de aplicação financeira do
79 FAT em depósitos especiais, nos limites autorizados pelo CODEFAT na Programação Anual da
80 Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT - PDE de cada exercício, sendo que a gerência dos
81 programas de geração de emprego e renda estava a cargo da Coordenação-Geral de Emprego e
82 Renda - CGER/DES/SPPE/MTE. Afirmou que as receitas do FAT em 2011 totalizaram R\$48,83
83 bilhões, representando incremento da ordem de 19,32% em relação a 2010, o que se deu
84 principalmente em função do aumento de arrecadação PIS/PASEP (26,91%), ressaltando que em
85 janeiro de 2011 a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF repassou ao FAT, como receita
86 PIS/PASEP, o montante de R\$4,05 bilhões relativo a depósitos judiciais. Assinalou que as
87 obrigações do FAT, composta pelo somatório das despesas e empréstimos constitucionais ao
88 BNDES, totalizaram R\$48,26 bilhões, o que indicava um incremento de 16,75% em relação a 2010.

89 Explicou que esse resultado foi impactado pela ampliação dos empréstimos ao BNDES (16,72%), e
90 pelo acréscimo dos dispêndios para pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego (16,37%),
91 motivado pelo crescimento da formalização do mercado de trabalho e da alta rotatividade da mão de
92 obra, e do Abono Salarial (18,51%), influenciado pelo aumento real do salário mínimo registrado
93 nos últimos anos. Declarou que os resultados econômicos do FAT apresentavam-se superavitários,
94 alcançando no exercício de 2011 o saldo de R\$14,09 bilhões, representando um incremento de
95 26,12% em relação ao verificado no exercício de 2010, quando somou R\$11,18 bilhões. Observou
96 que esses contínuos resultados superavitários geravam crescimento do patrimônio do Fundo,
97 chegando ao final de 2011 com saldo de R\$185,19 bilhões, portanto um acréscimo da ordem de
98 8,5% em relação ao exercício de 2010. Observou que a obrigação constitucional de emprestar
99 recursos ao BNDES (40% da receita da arrecadação PIS/PASEP), o que implicava na dedução dos
100 empréstimos ao Banco (despesa de capital / inversões financeiras) do resultado econômico (receitas
101 menos despesas), vinha gerando em cada exercício grande impacto no resultado nominal do Fundo.
102 Declarou que não obstante os empréstimos ao BNDES, o FAT apresentou, no exercício de 2011,
103 resultado nominal superavitário da ordem de R\$572,9 milhões, revertendo assim déficit nominal de
104 R\$409,2 milhões registrado no exercício de 2010. Ressaltou a baixa execução dos Planos Setoriais
105 de Qualificação - PlanSeQs e dos Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs, observando que o
106 Departamento de Qualificação - DEQ havia informado que mudanças operacionais e de sistema
107 informatizado implicaram em dificuldades para os executores, bem como que em função do Decreto
108 nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, foi suspenso o conveniamento com entidades privadas até que
109 se promovesse o saneamento do estoque de prestações de contas em andamento. O Coordenador-
110 Geral da CGFAT finalizou, destacando que as Prestações de Contas do FAT, até o exercício de
111 2009, estavam aprovadas com ressalvas, pelo TCU, dando quitação aos responsáveis, acrescentando
112 que a do exercício de 2010 se encontrava em análise no referido Tribunal. O Presidente abriu as
113 inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT observou que o benefício do seguro-
114 desemprego registrou meta física 7% superior ao projetado, enquanto a intermediação de mão de
115 obra teve execução de 84,5% da meta física estimada, arrazoando que o Ministério e o CODEFAT
116 desenhavam o orçamento ideal, porém os cortes efetuados pela área econômica não permitiam a
117 execução desejada. Ponderou que a queda no número de benefícios do seguro-desemprego pescador
118 artesanal decorria de ações do CODEFAT que levaram ao aumento da fiscalização. Apontou a
119 necessidade de examinar, com alguma regularidade, as linhas de crédito especiais, haja vista a baixa
120 execução de algumas delas, até para promover, se fosse o caso, o remanejamento para outras com
121 maior efetividade. Indicou que considerava necessária a elaboração de um diagnóstico a fim de
122 identificar as razões que levaram a queda na colocação de jovens e de trabalhadores de baixa
123 escolaridade. Observou que a execução do PlanSeQ ficou muito aquém das metas, ressaltando que

124 esperava que essa ação apresentasse grande demanda, de modo que seria interessante uma avaliação
125 para verificar a sua causa. Indicou a falta de uma planilha que demonstrasse a aplicação dos
126 recursos da contribuição sindical nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. O
127 Conselheiro da Força Sindical chamou a atenção para a baixa execução dos PlanSeQs e dos
128 PlanTeQs em 2011, acrescentando que o MTE deveria se debruçar a fim de verificar o que
129 contribuiu para isso, de modo a evitar que se repetisse em 2012, sob pena de prejudicar a solicitação
130 de recursos para o PNQ na proposta orçamentária de 2013. Ressaltou que algumas linhas de crédito
131 especial não rodavam, o que mereceria um estudo visando avaliar a situação de cada linha. O
132 Conselheiro da CTB assinalou que o crescimento permanente do dispêndio com seguro-desemprego
133 estava ligado a alta rotatividade de mão de obra. Afirmou que o debate sobre a qualificação e a
134 requalificação profissional deveria ser eixo estrutural do CODEFAT, ressaltando que o País estava
135 criando ilhas de excelência e de desenvolvimento com cinturões de miséria e pobreza. Apontou que
136 o MTE deveria presidir as questões de qualificação profissional no âmbito do Governo Federal.
137 Lamentou que demandas burocráticas, como exigências ligadas às prestações de contas e
138 recomendações dos órgãos de controle, prejudicassem a execução da qualificação profissional. O
139 Conselheiro Titular Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, observou que não era a primeira
140 vez que se registrava baixíssima execução dos recursos constantes na Lei Orçamentária Anual -
141 LOA para a qualificação profissional, mesmo sendo um valor muito inferior ao aprovado pelo
142 CODEFAT. Defendeu a proposição de orçamento mais conservador, o qual poderia ir aumentando
143 à medida que fosse melhorando a execução. A Representante do FONSET, Sra. Elietti de Souza
144 Vilela, solicitou a palavra para registrar que a capacidade de execução dos entes federativos estava
145 prejudicada em função da dificuldade operacional ligada ao instrumento de convênio, ressaltando
146 que a modalidade de transferência de recursos aos estados, através de fundo a fundo, minimizaria
147 bastante o problema. O Presidente observou que essa questão já havia sido tratada, inclusive sendo
148 encaminhada às instâncias superiores para decisão há cerca de dois anos. O Presidente indagou se
149 havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Prestação de Contas do
150 FAT do exercício 2011, registrando as assinaturas dos Conselheiros no Despacho que aprovava a
151 mencionada Prestação de Contas. Na sequência, passou ao **ITEM 2 – Prestação de Contas do**
152 **Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, exercícios 2010 e 2011.** O
153 Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto, Sr. Adilson Vasconcelos da Silva, mencionou os
154 principais atores do FUNPROGER: I) Órgão Normativo – MTE/CODEFAT; II) Órgão responsável
155 pela supervisão – MTE; III) Gestor do Fundo - Banco do Brasil; e, IV) Agentes Operadores –
156 Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal – CAIXA, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e
157 Banco da Amazônia – BASA. Esclareceu que o FUNPROGER tinha por finalidade prestar
158 complementação de garantia de risco nos financiamentos concedidos pelas Instituições Financeiras

159 Oficiais Federais, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda – Setor Urbano
160 (PROGER URBANO) e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).
161 Relatou as principais regras de negócios do FUNPROGER: 1) Garantia máxima – 80% do valor
162 financiado, sendo de 100% no caso das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público –
163 OSCIP; 2) Valor máximo garantido por mutuário – R\$160,0 mil, exceto para instituições no âmbito
164 do PNMPO, com teto de até R\$800,0 mil; 3) Assunção de risco pelo Fundo – 11 vezes o seu
165 patrimônio; e, 4) índice máximo de inadimplência, ou *stop loss* – 7%, exceto para as linhas Novo
166 Empreendedor, Jovem Empreendedor do PROGER e linhas do PNMPO. Em seguida, iniciou a
167 apresentação da Prestação de Contas de 2010, esclarecendo que essa se encontrava atrasada em
168 função de recomendação de auditoria independente contratada pelo Banco do Brasil, Gestor do
169 Fundo, de promover a reclassificação contábil, em especial de receitas de Comissão de Concessão
170 de Aval - CCA e de provisão de honras. Declarou que no exercício de 2010 foram registradas 1.636
171 operações com aval do FUNPROGER, número esse 83,57% inferior ao registrado no exercício de
172 2009, quando foram contratadas 9.958 operações com aval do Fundo. Explicou que a queda no
173 número de operações, de 2009 para 2010, ocorreu em razão de o limite de alavancagem já se
174 encontrar comprometido, o que levou os agentes financeiros a deixarem de efetuar novas operações
175 com aval do FUNPROGER. Relatou que o exercício 2010 computava o montante financiado de
176 R\$52,99 milhões e o valor garantido de R\$41,43 milhões, indicando redução de 78,40% e 76,78%,
177 respectivamente, em relação aos montantes verificados no exercício de 2009. Apontou a
178 distribuição percentual das operações avalizadas pelo FUNPROGER por linha de crédito: i)
179 Professor – 22,56%; ii) Micro e Pequenas Empresas – 51,59%; iii) Empreendedor Popular –
180 11,31%; iv) Profissional Liberal – 9,11%; v) Cooperativas – 2,44%; e, vi) Turismo – 3,00%.
181 Registrou os principais indicadores do Fundo, em valores acumulados até 2010: a) Indicador de
182 Operações Honradas – 12,3%, tendo honrado 73.864 operações do total de 600.426 operações
183 avalizadas; e, b) Indicador de Crédito Recuperado – 8,8%, referente à recuperação de R\$60,72
184 milhões do montante de R\$688,72 milhões honrados. Assinalou que o índice de inadimplência do
185 Fundo, em 2009, havia sido de 6,21%, sendo que em 2010 subiu para 6,98%, assim distribuído: i)
186 Banco do Brasil – 6,94%; ii) Banco da Amazônia – 5,96%; iii) Banco do Nordeste – 6,97%; e, iv)
187 Caixa Econômica Federal – 49,73%. Explicou que, no caso da CAIXA, o índice de inadimplência
188 em torno de 50% referia-se à linha de crédito especial Novo Empreendedor, que se encontrava à
189 parte do cálculo do nível máximo de inadimplência, conforme estabelecido no subitem 7.2.1 do
190 Regulamento do FUNPROGER. O Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto concluiu a
191 Prestação de Contas de 2010, ressaltando que o Fundo havia registrado receitas de R\$66,16 milhões
192 e despesas de R\$23,13 milhões, ou seja, resultado líquido de R\$43,03 milhões, sendo esse valor
193 8,3% inferior ao de 2009, que fechou com R\$46,92 milhões. Na sequência, passou a Prestação de

194 Contas do exercício de 2011, destacando que no mencionado período foram registradas 2 operações
195 com aval do FUNPROGER, no âmbito da linha de crédito Cooperativas, número esse 99,88%
196 inferior ao registrado no exercício de 2010, quando foram contratadas 1.636 operações com aval do
197 Fundo. Apontou que o exercício 2011 registrou o montante financiado de R\$40,0 mil e o valor
198 garantido de R\$30,00 mil, indicando redução de 99,92% de valor financiado e garantido em relação
199 aos montantes verificados no exercício de 2010. Assinalou os principais indicadores do Fundo, em
200 valores acumulados até 2011: a) Indicador de Operações Honradas – 12,4%, tendo honrado 74.405
201 operações do total de 600.428 operações avalizadas; e, b) Indicador de Crédito Recuperado –
202 10,55%, referente à recuperação de R\$73,90 milhões do montante de R\$700,36 milhões honrados.
203 Declarou que o índice de inadimplência do Fundo, em 2011, havia sido de 6,98%, mesmo
204 percentual de 2010, sendo que a distribuição entre os agentes financeiros apresentou os seguintes
205 valores: i) Banco do Brasil – 6,94%; ii) Banco da Amazônia – 6,59%; iii) Banco do Nordeste –
206 6,84%; e, iv) Caixa Econômica Federal – 48,47%, referente à linha de crédito especial Novo
207 Empreendedor, que se encontrava à parte do cálculo do nível máximo de inadimplência. Observou
208 que o Fundo, em 2011, havia registrado receitas de R\$54,67 milhões e despesas de R\$13,19
209 milhões, ou seja, resultado líquido de R\$41,48 milhões, sendo esse valor 3,6% inferior ao de 2010,
210 que fechou com R\$43,03 milhões. O Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto finalizou,
211 destacando que as Prestações de Contas do FUNPROGER, até o exercício de 2007, estavam
212 aprovadas com ressalvas, pelo TCU, dando quitação aos responsáveis, acrescentando que as contas
213 dos exercícios de 2008 e 2009 se encontravam em análise no referido Tribunal. O Presidente abriu
214 as inscrições para manifestação. O Conselheiro do BNDES indagou se haveria uma proposta de
215 alteração dos normativos visando à recuperação de créditos. O Coordenador-Geral da CGFAT –
216 Substituto informou que a CGFAT estudava, junto ao Gestor do Fundo, ações no sentido de
217 promover a recuperação de créditos, acrescentando que os agentes financeiros alegavam
218 dificuldades pelo fato de se tratar de recursos públicos, o que vedava a possibilidade de abate
219 negocial. O Conselheiro do BNDES manifestou que considerava alto o índice de 12% de operações
220 inadimplidas, ressaltando que deveria haver justificativas sobre o fato. O Coordenador-Geral da
221 CGFAT explicou que o FUNPROGER tinha por objetivo atender o público com maior dificuldade
222 de acesso ao crédito, o que elevava o risco de inadimplência. O Conselheiro da UGT questionou o
223 alto índice de inadimplência apresentado pela CAIXA. O Coordenador-Geral da CGFAT arrazouou
224 que as contratações da CAIXA (248) representavam apenas 0,2% do total de operações contratadas,
225 não impactando no índice geral de inadimplência, acrescentando que a última contratação na
226 CAIXA havia ocorrido em 2005. O Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto complementou,
227 observando que as operações contratadas na CAIXA tiveram 50% de aval do FUNPROGER
228 (CODEFAT) e 50% do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas - FAMPE (SEBRAE). O

229 Conselheiro Suplente Representante do MF, Sr. Manoel Joaquim de Carvalho Filho, ponderou que
230 deveria haver avaliação de risco para qualquer tipo de financiamento, ressaltando que não se
231 deveria admitir nova contratação de financiamento para quem já estivesse inadimplido alguma
232 operação de crédito. O Coordenador-Geral da CGFAT observou que competia à instituição
233 financeira efetuar a análise de crédito, bem como a concessão de novo financiamento. O Presidente
234 indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovadas as Prestações
235 de Contas do FUNPROGER dos exercícios 2010 e 2011, registrando as assinaturas dos
236 Conselheiros nos Despachos que aprovavam as mencionadas Prestações de Contas. Em seguida,
237 passou ao **ITEM 3 - Proposta de Resolução que estabelece o custo aluno/hora médio para**
238 **instrumentos de 2012, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.** A Diretora do
239 DEQ, Sra. Ana Paula da Silva, relatou que a proposta em referência visava atualizar o valor
240 máximo para o custo aluno/hora médio a ser observado no planejamento e execução dos convênios
241 a serem firmados no âmbito do PNQ em 2012, propondo-se, mediante estudo técnico, reajustar o
242 valor de R\$4,62 para R\$9,00, igualando-se assim ao do Programa Nacional de Acesso ao Ensino
243 Técnico e Emprego – PRONATEC, ressaltando a inclusão na planilha de custos de item relativo ao
244 coordenador de inserção profissional. Observou que esse custo aluno/hora havia sido discutido na
245 última reunião do CODEFAT, ocasião em que foi decidido que seria objeto de deliberação na
246 reunião seguinte. O Presidente do CODEFAT indagou se havia alguma manifestação, em não
247 havendo, considerou aprovado o Item em referência. Na sequência, passou ao **Item 4 - Proposta de**
248 **Resolução que altera a de nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e**
249 **critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos**
250 **estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou**
251 **intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como**
252 **parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-**
253 **Desemprego.** A Diretora do DEQ relatou que o MTE estava propondo, no âmbito dos PlanSeQs, a
254 substituição do instrumento de convênio por contrato. Explicou que o processo de contratação
255 seguiria os parâmetros, diretrizes e regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o que permitiria
256 um melhor controle da execução física e financeira, bem como a participação de entidades privadas
257 com fins lucrativos, ampliando-se assim o leque de executores dos cursos de qualificação
258 profissional. O Conselheiro da CTB observou que a modalidade de contrato demandaria maior
259 discussão, razão pela qual solicitou que esse item fosse transferido para a próxima reunião, o que foi
260 acatado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou ao **III – INFORME: ITEM 5 -**
261 **Informações Gerenciais do Programa de Geração de Emprego e Renda (entrega do Periódico**
262 **INFORME PROGER – 2011).** O Secretário-Executivo do CODEFAT relatou que o informe em
263 referência seria transferido para outra reunião do Conselho, dada à exiguidade de tempo. Na

264 sequência, o Presidente passou ao **IV – OUTROS ASSUNTOS: ITEM 6 - Entrega do**
265 **Calendário de Reuniões do CODEFAT e do GTFAT – exercício 2012, atualizado.** O Presidente
266 registrou que o documento supramencionado se encontrava na mídia digital distribuída a cada
267 Conselheiro no início dos trabalhos, na qual continha todo o material da presente reunião. Em
268 seguida, declarou que essa havia sido sua última participação em reunião do CODEFAT como
269 Conselheiro e Presidente, agradecendo ao apoio de todos durante sua gestão na presidência. Relatou
270 que o Ministro Brizola Neto havia lhe convidado para continuar na titularidade da Secretaria de
271 Políticas Públicas de Emprego - SPPE, o que muito lhe honraria, no entanto, comunicou ao
272 Ministro que não poderia aceitar o referido convite, pois como já havia informado no ano passado,
273 ainda na gestão do Ministro Carlos Lupi, deixaria o MTE por volta do mês de fevereiro do corrente
274 ano, data em que completou o tempo de aposentadoria na Prefeitura do Rio de Janeiro, seu órgão de
275 origem. Agradeceu ao apoio de todos os conselheiros e servidores do MTE, em especial ao
276 Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, e a Coordenadora-Geral de Gestão
277 Operacional do CODEFAT, Sra. Suely Barrozo Lopes, e sua equipe, pela condução das atividades
278 administrativas do Conselho, bem como ao Coordenador-Geral de Recursos do FAT, Sr. Paulo
279 Cesar Bezerra de Souza, e sua equipe, pela execução das atividades gerenciais do Fundo. Declarou
280 que foi uma grande honra presidir o CODEFAT, ressaltando sua emoção por ter dado essa alegria
281 ao seu pai, atualmente com quase 92 anos de idade, que foi sindicalista e servidor público.
282 Manifestou a satisfação por ter representado o MTE em uma reunião em Paris, registrando que por
283 falha operacional do Ministério não havia recebido nenhum material para apresentar no evento, ao
284 que resolveu falar a respeito do CODEFAT, da sua importância para a formulação das políticas
285 públicas de emprego, trabalho e renda, do seu caráter tripartite, o que causou uma repercussão
286 positiva. Desejou sucesso a todos, colocando-se a disposição na Prefeitura do Rio de Janeiro. A
287 Diretora do DEQ aproveitou o ensejo para comunicar que também estava de saída do Ministério,
288 pois precisaria se descompatibilizar a fim de concorrer ao cargo de Prefeita de sua cidade, em Santa
289 Catarina, agradecendo a todos pelo apoio as demandas apresentadas pelo Departamento durante sua
290 gestão. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por
291 encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly,
292 Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo
293 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

CARLO ROBERTO SIMI
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

Continuação da Ata da 61ª Reunião Extraordinária do CODEFAT

VELA LÚCIA DE OLIVEIRA

Conselheira Titular Representante do MAPA

PAULO LIBERGOTT

Conselheiro Titular Representante do BNDES

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO

Conselheiro Suplente Representante do MF

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI

Conselheiro Suplente Representante do MPS

JOÃO LUIZ GUADAGNIN

Conselheiro Suplente Representante do MDA

SÉRGIO LUIZ LEITE

Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO

Conselheiro Titular Representante da UGT

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS

Conselheiro Titular Representante da NCST

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO

Conselheiro Titular Representante da CTB

JOÃO EDILSON DE OLIVEIRA

Conselheiro Suplente Representante da CGTB

CARLOS ALBERTO SALVATORE FILHO

Conselheiro Suplente Representante da CNS/Serviços

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE

Conselheiro Suplente Representante da CNTur
